

Notas e informações

ANC

ppb-3

As ondas reformistas

Notícia divulgada esses dias dá conta de que o novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Marcelo Pimentel, deseja que a próxima Constituição reforme estruturalmente a Justiça do Trabalho, de forma a que ela deixe de ser uma justiça de empregadores, para ser uma justiça dos empregados. Segundo outra informação, o presidente interino do PDS estuda a possibilidade de criar agrupamento político durante os trabalhos da Constituinte. Para o senador Jarbas Passarinho, é necessário formar, na Assembléia, um grupo centro-reformista, a qual deve excluir de sua denominação a expressão *liberal*, pois o liberalismo como doutrina, segundo o ex-ministro do Trabalho e da Educação, não se livra do *laissez-faire* do ponto de vista econômico.

Essas duas manifestações, absolutamente independentes entre si, apenas servem para testemunhar quão fortes são as ondas reformistas que açoi-tam o País. Nem se fale, por desnecessário, no que estarão pensando os homens do PMDB, ou aqueles que, no PFL, também consideram que a hora é de reformas. Isso para não mencionar os deputados eleitos pelo PT, que coerentemente irão buscar fazer da Constituinte o grande estuário em que desaguarão todas as forças reformistas e revolucionárias, irmanadas na mesma condenação do liberalismo econômico.

Não é propósito deste comentário lembrar que, se foi em nome do *laissez-faire* (em nome, repetimos) que se cometeram abusos no campo social durante a Revolução Industrial e os incios do capitalismo moderno, foi exatamente a existência do liberalismo econômico que permitiu — e aliás Marx o reconhecia no século XIX — que a Humanidade chegasse hoje onde chegou. O que interessa assinalar, alimentando a esperança de que o bom senso volte a reinar nas altas esferas governamentais e no seio da Assembléia Nacional Constituinte, é que não serão apenas os empresários e trabalhadores brasileiros que irão acompanhar com atenção os esforços reformistas, revolucionários e de bom senso que se farão para reformar a ordem jurídica a partir de fevereiro próximo.

Todos os capitalistas — essa espécie estranha, que começa a ser redescoberta na China, embora continue vivendo meio às escondidas no resto do Terceiro Mundo (Brasil inclusive) — estrangeiros que aplicaram capitais no Brasil estarão atentos. Não somos nós que o afirmamos: é o ministro Aureliano Chaves, que possivelmente não

morra de amores pelo *laissez-faire*, quem registrou o fato na República Federal da Alemanha e o disse ao chegar ao Brasil: os capitais alemães investidos no Brasil diminuirão de 1985 para cá, e os investidores da RFA estão à espera dos resultados da Constituinte para ver de quais garantias jurídicas gozará o capital estrangeiro, antes de reiniciar sua colaboração com o Brasil. Essa atitude não é apenas dos alemães; praticamente todos os investidores estrangeiros temem que as tendências reformistas ou revolucionárias triunfem na Assembléia Nacional Constituinte. Triunfem não via comunistas, ou petistas, mas sim por proposições de deputados e senadores que foram eleitos sob o signo conservador, mas não desejam ser acusados de liberais, de favorecer as leis do mercado, ou, pior ainda, de criar condições favoráveis para que o capital estrangeiro possa operar no País fazendo concorrência aos que detêm de direito ou de fato a reserva de mercado.

Essa espera dos estrangeiros — compreensível à luz dos princípios do *laissez-faire* e até mesmo do dirigismo soviético — apenas trabalha contra o Brasil, país que se deu ao luxo, em 1986, de não apenas gastar muito, mas de dilapidar sua poupança. Os investimentos indispensáveis ao desenvolvimento que o presidente José Sarney sabe devem ser feitos com urgência só o serão se o clima político-social e as leis que dele resultam derem aos investidores (nacionais ou estrangeiros, não nos façamos ilusões) um mínimo de garantias. Não se trata de leis que oprimam os trabalhadores para que os odiosos capitalistas possam, em nome do liberalismo econômico, chupar o tutano dos ossos das criancinhas. Trata-se de leis que estabeleçam nas relações entre empregadores e empregados a racionalidade possível numa época de mudança social acelerada. Trata-se de leis que dêem aos trabalhadores e aos empresários a garantia de que o que for estabelecido nas relações do Estado com os operários e com o capital não será reformado por um decreto-lei qualquer. Trata-se de leis que assegurem que o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada não poderão ser revogados — como foram com o Plano Cruzado — ao sabor reformista ou revolucionário de um deputado ou senador mais comprometido com os *novos tempos*, ou de um presidente da República preocupado em entrar na História como sucessor da Getúlio Vargas, que foi chamado de "pai dos pobres".

O clima de expectativa que o ministro Aureliano Chaves encontrou na Alemanha — e que parece ser geral no mundo industrializado — apenas prejudicará o desenvolvimento brasileiro. Decisões sobre investimentos não são adotadas do dia para a noite: pesam-se riscos políticos, econômicos e sociais. Depois de adotada a decisão de investir, há de vencer as dificuldades burocráticas no Brasil — e só depois dar início às obras das usinas, que demoram a começar a produzir.

Ora, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte estiver discutindo o mandato presidencial, a função constitucional das Forças Armadas, a ordem social, a educação e a família, a defesa da ecologia, os direitos individuais, é possível que se adie o debate sobre a propriedade e o papel que se reservará ao capital estrangeiro no novo regime. Cabe ver, ainda, que a Constituinte não tem prazo para terminar seus trabalhos, e que, assim sendo, com quase toda certeza o ano de 1987, ou boa parte dele, transcorrerá sem que os investidores estrangeiros tenham uma visão clara do que será o Brasil de amanhã.

Essa demora, aliada à onda reformista — que só fará aumentar à medida que o PMDB considerar politicamente interessante situar-se à esquerda do populismo do presidente da República —, trará conseqüências desastrosas para o Brasil. Apesar de esses serem fatos evidentes, a preocupação maior da classe política se espelha no deputado Ulysses Guimarães e em suas pretensões de ser presidente de tudo, para compensar não ser o da República, ou talvez criando as condições para sê-lo. Isso sem falar no governador Franco Montoro, que é candidato. Ou no governador Hélio Garcia, que é candidato para fazer que São Paulo não tenha o controle de tudo no Brasil. Ou nas preocupações dos futuros governantes do Rio de Janeiro, igualmente inquietos porque o BNDES até hoje não tem presidente (por que não se extingue o cargo que não precisa ser preenchido) e é dirigido por um vice-presidente paulista.

Na verdade, ninguém pensa, no Brasil, na necessidade de haver uma legislação clara e racional sobre o capital estrangeiro, a qual impeça um chefe de seção de sustar investimentos necessários só porque são estrangeiros ou molestem os donos de alguns "cartórios" industriais. Ou essa mentalidade reformista muda, ou o Brasil involuirá. Mais do que está acontecendo em muitos campos.